

Produção legislativa do Congresso Nacional em 2009

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 02.01.2009

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB/AP), na Ordem do Dia da quinta-feira, 17 de dezembro, fez um balanço muito positivo da atuação do Senado neste ano, evidentemente sem qualquer referência aos escândalos que marcaram parte de sua gestão. Relatou, entre outras coisas, que foram aprovados 404 projetos de lei (sendo apenas 130 em Plenário), apreciadas 2.632 matérias, sendo aprovadas 2.168 - representando 72% a mais do que foram aprovadas no ano passado (1.258).

Para ele “o ano legislativo se encerra, assim, com números extremamente positivos para o Senado da República. Terminamos com a sensação do dever cumprido. Superamos uma pauta extensa que se destacou pelo volume das matérias e pela qualidade dos assuntos tratados”.

No entanto, para os repórteres Maria Clara Cabral e Ranier Bragon em artigo publicado no dia 21/12 “No Senado, os números de 2009 mostram que o Plenário teve a menor produção do governo Lula, levando-se em conta as Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias e Projetos de Lei” e que “Apesar disso o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), comemorou em plenário afirmando que o Senado dobrou o número de projetos aprovados, em relação a 2008. Na conta incluem projetos menos complexos, que são aprovados em blocos ou apenas nas comissões”.

Do ponto de vista quantitativo, a produção legislativa (Senado e Câmara dos Deputados) em 2009 foi superior a de 2008 e com uma novidade importante: pela primeira vez, desde o início do governo Lula, foram aprovadas mais leis de iniciativa dos parlamentares do que do Poder Executivo. Na Câmara dos Deputados foram aprovadas 229 proposições, dos quais 45 foram de iniciativa dos parlamentares, 60 projetos de lei, 124 projetos de decreto legislativo, 7 projetos de resolução, 5 projetos de lei complementar, 7 Propostas de Emendas Constitucionais e 26 Medidas Provisórias (só uma foi rejeitada).

Em 2008, a exemplo dos anos anteriores, o grande legislador foi o Executivo: das 241 leis aprovadas, o Executivo foi responsável por 143 (sendo 90 de matérias orçamentárias), enquanto as de iniciativa do Congresso foram 98. Em 2009, foram 99 leis de iniciativa do Poder Executivo, sendo 53 oriundas de matérias orçamentárias, 23 resultaram de medidas provisórias e 23 de projetos de lei ordinários.

Segundo os dados do jornalista e diretor do DIAP, Antonio Augusto de Queiroz “das 255 leis de 2009, 133 são de iniciativa dos parlamentares, sendo 67 de deputados, 61 de senadores e cinco de comissões, contra 99 do Poder Executivo, 20 dos Tribunais Superiores, duas da Procuradoria-Geral da República e uma do Tribunal de Contas da União”.

Já do ponto de vista qualitativo é de se indagar a respeito da relevância e importância do que foi aprovado. Que balanço é possível fazer? O Senado, por exemplo, justifica os seus quase 10 mil funcionários, os R\$ 34,1 milhões de gastos com cada Senador por ano e os R\$ 2,8 bilhões de orçamento anual? Vejamos: em relação ao conteúdo, das 133 leis de iniciativa dos parlamentares, quase a metade (61) tratam de datas comemorativas e homenagens. Os Senadores foram responsáveis por 21 das 29 sobre homenagens e 19 das 32 sobre datas comemorativas.

Em artigo publicado no dia 25/12/2009, Johana Nublat, com base em levantamento feito no Congresso Nacional, afirma que 47% das leis aprovadas são de homenagens. “Nessa cota estão às leis que criaram o Dia Nacional do Vaqueiro, e com atenção especial às peculiaridades regionais, o Dia Nacional do Vaqueiro Nordestino. Também foram instituídos o Dia da Voz e o Dia dos Surdos”.

Além dos citados pela jornalista, constam também mudanças de nomes de aeroportos, de fuso horário (caso do Acre), de inscrição dos nomes de Getúlio Vargas e do Brigadeiro Antonio Sampaio no livro dos Heróis da Pátria (Lei 11.932 de 24.04.2009) e até uma lei que denomina “Ponte Luis Carlos Prestes” a uma ponte sobre o rio Gravataí, na BR-116, Km 270, no Rio Grande do Sul.

Como afirma Antonio Augusto de Queiroz no balanço que fez da produção legislativa de 2009 “Do ponto de vista de conteúdo, não houve avanços. Pelo contrário. Entre as proposições transformadas em lei este ano há poucas tratando de matérias realmente relevantes. Talvez fora a lei do inquilinato, as de enfrentamento da crise, as de combate a pedofilia, algumas sobre cidadania e direito do consumidor, e a mini reforma política, todas as demais tratam de matérias orçamentárias, de renúncia/parcelamento ou isenção fiscal, de pessoal, especialmente reajuste e criação de cargos, homenagens e datas comemorativas”.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br